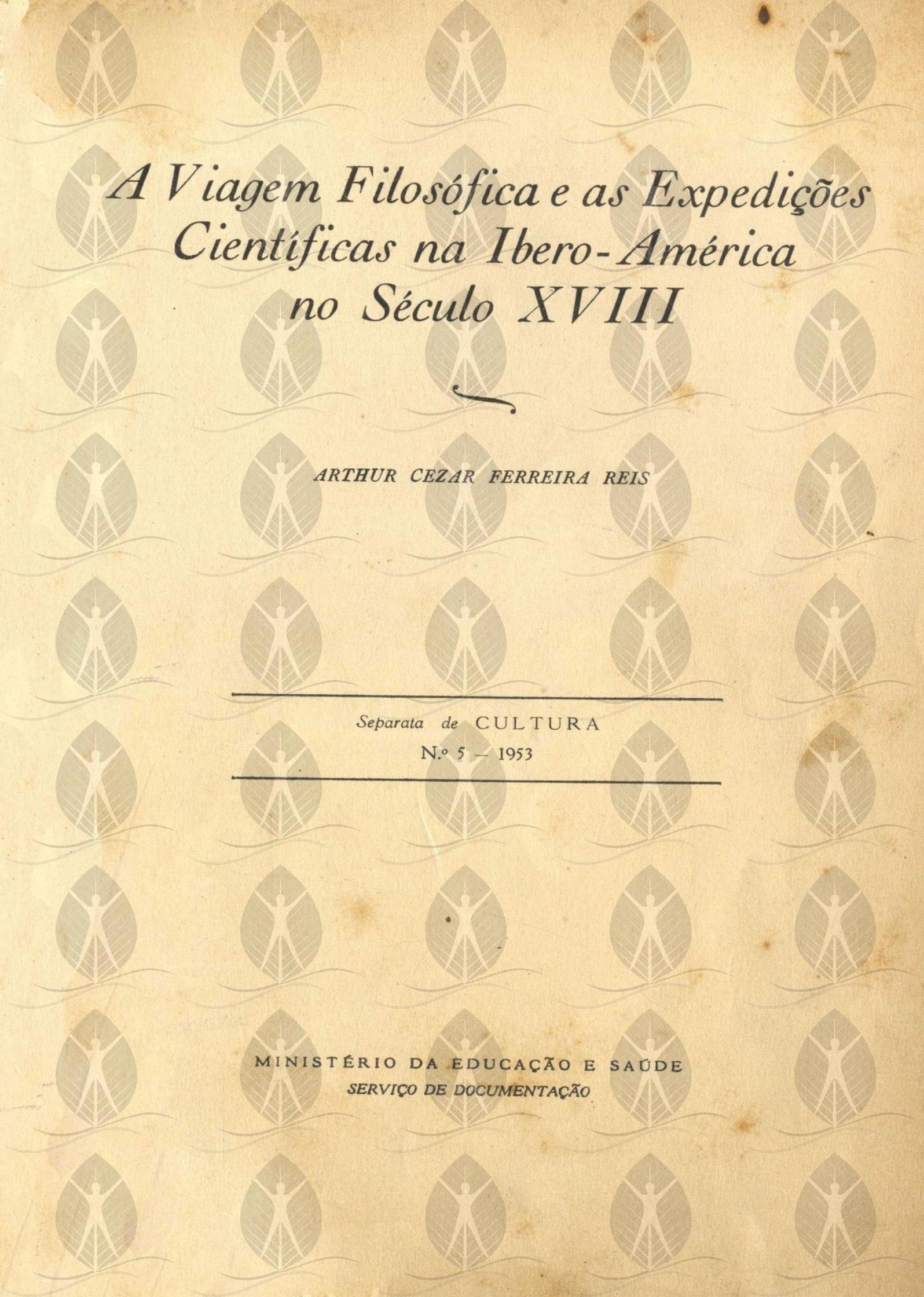


**A viagem filosófica e as expedições
científicas na Ibero-América no
século XVIII**





*A Viagem Filosófica e as Expedições
Científicas na Ibero-América
no Século XVIII*

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

Separata de CULTURA

N.º 5 — 1953

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO



A Viagem Filosófica e as Expedições Científicas na Ibero-América no Século XVIII

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

O século XVIII. Seu significado. Transformações que se operam na Pensínsula; CARLOS III em Espanha e POMBAL em Portugal. As reformas políticas, econômicas e sociais. As sociedades de Amigos do País. Reflexos no Império. A reforma da Universidade de Coimbra e a "geração brasileira". O estudo do meio americano. As acusações que pesam sobre Portugal e a realidade histórica. O Tratado de 1750 e a identificação da natureza sul-americana. A obra de LANDI. O Tratado de 1777 em face daquelas preocupações de ordem científica. A "Viagem Filosófica". ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA e seus companheiros. Seus trabalhos de história, economia, política internacional, geografia, etnologia, medicina tropical, naturalística. A visão da Amazônia. As expedições espanholas ao Novo Mundo: RUIZ e PAVÓN; MUTIS e CALDAS: MARTIN DE SESSÉ. A obra de FELIX DE AZARA. O que resultou das expedições científicas. A posição da "Viagem Filosófica".

O século XVIII tem, na vida peninsular ibérica, um estranho sentido de revolução que atingiu a estrutura dos dois povos; componentes da humanidade regional e lhes assegurou uma nova destinação cultural. É que, ao invés de ferir brutalmente a vida nacional, ensanguentando-a, como em França, destruindo todo um sistema político e, com êsse sistema, uma organização social e econômica, essa revolução, na Península, caracterizou-se como um movimento que sacudiu a inteligência portuguesa e espanhola, fazendo-a reingressar no espírito europeu, no anseio de reintegrar-se na posição que suas atividades, nos séculos XV e XVI, lhes haviam proporcionado.

Século de crise, êsse século XVIII, já lhe chamou um eminente historiador da cultura ibérica, o Sr. ERNANI CIDADE (1), em Portugal e Espanha valeu, porém, como um renascimento. O vigor intelectual, no que êle possui de mais vivamente ligado às indagações científicas, às obras de criação estética, estava ausente das duas pátrias, levando-as a uma estagnação que se explicava pela perda de seiva nos entreveros para a construção dos respectivos impérios ultramarinos e pela influência de certas forças internas que impediam a livre-manifestação das idéias e, com ela, todo o empreendimento visando o progresso científico (2). Tanto portugueses como espanhóis, que haviam enricado a cultura

universal no ciclo dos descobrimentos geográficos, quando lançaram os fundamentos de todo um imenso inquérito que abrangia uma natureza e uma humanidade novas, que revelaram ao mundo, e quando iniciaram a empresa memorável da europeização da terra, constituíam, escreve aquêlê mesmo historiador das idéias, “o que se chamou a ilha da Purificação, recortada das audácias do bulício mental da Europa”... “ao abrigo de qualquer influência que perturbe a impecável ortodoxia da nossa cultura” (3). O experimentalismo, em que portugueses e espanhóis se sagravam pioneiros e mestres consumados em xv e xvi, era menos-cabado. Impunha-se, assim, a bem da dignidade do próprio passado, a restauração espiritual. E essa restauração foi realizada, principalmente, de meados do século xviii em diante, tanto em Portugal como em Espanha, mercê das críticas dos que haviam conseguido romper as fronteiras apertadas, dentro das quais as duas nações se estiolavam.

CARLOS III, em Espanha, e SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO MELO, em Portugal, foram as energias reconstrutoras que efetuaram essa tarefa de magnitude. Um, CARLOS III, positivamente iluminado, como então se dizia, enfrentando a realidade dura que envolvia o país e dando os passos decisivos para as transformações que visavam reajustar a pátria à conjuntura universal sem ignorar-lhe as peculiaridades, as características, que não deviam ser abandonadas para a preferência aos modelos estranhos. O outro, servidor severo dos interesses nacionais, rompendo com um passado próximo de que se utilizavam quantos teimavam em impedir a revitalização nacional e, em nome de uma tradição, que não sabiam dignificar, resistiam às reformas essenciais, que o Ministro, todopoderoso, procurava realizar.

É bem certo que CARLOS III se valeu, para as transformações que comandou, de uma equipe magnífica que ocupou os mais altos postos da direção dos negócios públicos, equipe que foi buscar fora da pátria, ou retirou da penumbra em que vivia e foi integrada, entre outros, por ESQUILACHE, GRIMALDI, ARANDA, FLORIDABLANCA, CAMPOMANES e JOVELLANOS. É certo, também, que SEBASTIÃO JOSÉ, o futuro POMBAL, se não encontrou os mesmos elementos que engrandeceram a direção espanhola, dado que, de si próprio, não via bem a presença de outros elementos que pudessem fazer-lhe sombra, ofuscando-lhe o valimento junto ao Monarca, nem por isso deixou de ter colaboradores fiéis, que lhe cumpriram a vontade ou lhe serviam os objetivos disciplinadamente, honestamente (4).

É certo, ainda, que os dois reformadores peninsulares realizaram seus programas atendendo não só aos imperativos da triste realidade que encontraram como aos reclamos que já se faziam ouvir. Porque, em meio à estagnação, aqui e ali e principalmente no estrangeiro, para onde se transferira muito da inteligência peninsular, ouviam-se vozes que, corajosamente, indicavam a necessidade da mudança de viver através duma crítica construtiva, penetrante, mas severa, como a que escreveram o Padre FEIJÓ, o oratoriano LUIZ ANTONIO VERNEY e o médico judeu RIBEIRO SANCHES (5).

Com tais modificações, Portugal e Espanha não viveram, ainda, a grande hora do "iluminismo", que os enciclopedistas franceses e os pensadores inglêses pleiteavam e a Revolução Americana e a Revolução Francesa iriam provar numa experiência em grande estilo, mas o período preparatório, do "despotismo ilustrado", que RAFAEL ALTAMIRA sintetizou nestas linhas: "un marcado interés por los problemas interiores de la vida de la nación que se refieren a la mejora de las condiciones económicas, sociales y de cultura: restauración de la riqueza general y de la Hacienda; fomento de la población y del cultivo del suelo; renacimiento de las industrias tradicionales y de las relaciones mercantiles; tendencia a levantar la consideración social de las clases inferiores; difusión de la cultura con un marcado carácter popular con el deseo de arrancar la masa del estado de ignorancia en que vivia..." (6).

No particular da cultura, a recuperação assentou na reforma do ensino, que se caracterizava por uma ausência quase total de quanto dissesse com o experimentalismo. A reforma, em Espanha, abrangreu o ensino nos seus vários graus, começando-se pela preparação do pessoal docente.

As 24 Universidades, que arrastavam uma vida melancólica, sofreram transformação em extensão e profundidade que envolveu os próprios institutos a cargo das organizações religiosas. Fundaram-se estabelecimentos para o imediato exercício dos conhecimentos que se ministravam nas cátedras. Traduziram-se textos estrangeiros. Modernizaram-se bibliotecas, contrataram-se sabedores de fora que trouxeram as novidades, que sacudiam o Velho Mundo, levando-o a novas cogitações e a novas atitudes na ordem cultural (7).

No particular da reestruturação econômica, sem o que se não poderia enfrentar o problema das outras reformas que se desejavam e levaram a cabo, aceitas as críticas que se fizeram, críticas fortes, mas fundadas, críticas que argumentavam com a dura realidade de uma Espanha que

possuía o maior império da terra e se estiolava sem forças para garantir êsse império e nêle criar não mais uma fonte de renda arrancada à terra e à gente que nela vivia, mas uma civilização estruturada em bases econômicas, comum às duas áreas em que se dividia o mundo hispânico, o peninsular e o ultramarino, enfrentou-se o problema, com a preocupação de fomentar as atividades e energia públicas e privadas (8).

A grande lição veio, porém, das instituições que então se estabeleceram e constituíram uma admirável demonstração da capacidade de cooperação que havia entre os homens dos vários grupos ou classes da sociedade espanhola. Essas instituições foram as Sociedades Econômicas de Amigos do País. Na Península e no ultramar elas vicejaram com o maior êxito. Na América, a de Havana tomou a dianteira. É, ainda nos dias atuais, uma esplêndida realidade. Tais organismos, nas suas tarefas, não se limitaram, porém, aos esforços visando objetivos puramente econômicos. Ampliando sua visão, atingiam os problemas de manutenção de escolas técnicas, essenciais à preparação de novos valores para o bem coletivo (9).

Em Portugal, a reforma do ensino começou pelos chamados estudos menores, isto é, secundários (10). Vieram, depois a reforma do primário e do universitário. Afastados os jesuítas do magistério, criado o "subsídio literário" para satisfazer às despesas com a ilustração popular, assegurada aos mestres a categoria de nobres, exigida dêles a preparação essencial ao exercício das obrigações do magistério, o ensino laicizou-se. Mas, foi na Universidade de Coimbra que êle apresentou suas características verdadeiramente revolucionárias. O brasileiro D. FRANCISCO DE LEMOS, a quem foi confiada a grande tarefa, dela se saiu dignamente. Os professôres nacionais e estrangeiros, que vieram servir na reforma, na verdade comunicaram-lhe tôda uma seiva que lhe emprestou tal vitalidade que, encerrado o ciclo pcmbalino, iniciada a "Viradeira", a reforma manteve-se de pé, resistindo sobrebamente porque estruturada com segurança e sob resultados irrecusáveis (11).

Êsses mestres da Nova Universidade foram, entre outros: DOMINGOS VANDELLI, ANTONIO SOARES BARBOSA, DALLABELLA, MIGUEL FRANZINI, MIGUEL ANTONIO CIERA, JOSÉ MONTEIRO DA ROCHA, JOSÉ ANASTÁCIO DA CUNHA. Tôda uma radiosa constelação de homens capazes para a tarefa gigantesca de recompor os quadros do magistério superior e realizar o pensamento rejuvenescedor que caracterizava a reforma. Essa, de seu lado, entre as novidades que a distinguiam, assinalava-se pela criação das faculdades de matemática e filosofia, incorporação da facul-

dade de medicina ao regimen experimental sugerido por RIBEIRO SANCHES, criação do dispensário farmacêutico, do laboratório de química, do gabinete de física, do teatro anatômico, do observatório astronômico, do museu de história natural e do Jardim Botânico. O experimentalismo, evidentemente, reingressava no país para a produção de grandes frutos.

Com a ascensão de D. MARIA I e a entrega da Universidade ao Principal JOSÉ FRANCISCO MIGUEL ANTONIO DE MENDONÇA, viveu a Universidade nova crise, que o mineiro MELO FRANCO chamaria de "Reino da Estupidez". A Reforma, apesar de tudo, resistiu.

Datam dessa fase de renovação os grupos brasileiros que iam banhar-se de luz, cooperar no levantamento da cultura nacional, constituindo a geração brasileira de iluminados, geração que já se formara, na colônia, sem o influxo da pedagogia jesuítica, dest'arte valendo-se das escolas laicas, mantidas através das contribuições do "subsídio literário", ou dos cursos que funcionavam nos seminários e nos conventos de Ordens Religiosas não atingidas pelos atos de fôrça de POMBAL (12).

Tal geração, que seria a geração da independência, integrava-se de figuras do porte mental de JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADE E SILVA, JOÃO DA SILVA FEIJÓ, ANTONIO PIRES DA SILVA PONTES, FRANCISCO JOSÉ DE LACERDA E ALMEIDA, PIZARRO E ARAÚJO, VALENTE DO COUTO, SOUZA CALDAS, FERREIRA DA CAMARA, FRANCISCO DE MELO FRANCO, JOSÉ DA SILVA LISBOA, JOSÉ DE SÁ BITENCOURT ACIOLY, JOSÉ VIEIRA COUTO, MANOEL DE ARRUDA CAMARA, JOSÉ MANOEL DE SIQUEIRA. Tal geração representava realmente a vitalidade da colônia, pois nela se incluíam filhos de tôdas as regiões, desde os trechos de fronteira, como eram os casos de VALENTE DO COUTO e MANOEL DE SIQUEIRA, aquêle de Macapá e êste de Cuiabá, aos territórios interiores, como FERREIRA BITENCOURT, VIEIRA COUTO, ao nordeste e ao sul, como JOSÉ BONIFÁCIO e ARRUDA CAMARA, respectivamente de São Paulo e da Paraíba.

Datam dessa fase, igualmente, as preocupações para um exame, em extensão e profundidade, do que realmente valiam as terras do império no seu potencial naturalístico. A necessidade e conveniência de tombar tais realidades, que seriam úteis à programação e à execução de uma política de valorização do parque colonial, grande fonte de energia sem a qual a Nação não sabia nem podia mais caminhar, fazia-se um imperativo que, de outro lado, se juntava às exigências culturais da própria reforma. Porque, era evidente, tudo ficaria reduzido ao empirismo livresco, ao didatismo aferrado à palavra das autoridades, sem a imediata experimentação das verdades que se afirmavam ou das dúvidas que se

levantavam, se não houvesse o exame direto, nas fontes vivas, de todo aquê material tão rico, que poderia proporcionar tantos conhecimentos novos e tantos benefícios à coletividade quando utilizado pragmáticamente. A organização dos grupos de trabalho de campo foi, em consequência, cogitada. E da cogitação passando-se à materialização da idéia, constituíram-se, de ordem régia, as missões que deviam operar no ultramar. DOMINGOS VANDELI, a quem se estavam devendo os grandes trabalhos de ordenação do ensino experimental da natureza, êle próprio tendo transferido à Universidade o seu museu de história natural, indicou para o Brasil um de seus antigos discípulos, o baiano ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA. Para o Cabo Verde foi escolhido outro brasileiro, JOÃO DA SILVA FEIJÓ; para Moçambique, MONIEEL GALVÃO DA SILVA; para Angola, ANGELO DONATI.

Portugal, é tempo de registrar, com aquelas expedições científicas que lhe iam examinar as riquezas e variedades do império, não dava pela primeira vez passos nesse sentido. A acusação que tem pesado sôbre a mãe pátria, de que durante três séculos estivera indiferente a qualquer cogitação visando a identificação científica dos vastos territórios Sul-americanos, não tem fundamento. Se é certo que o Estado nem sempre volveu sua atenção para o assunto, que estêve mais entre as preocupações privadas, de membros das Ordens Religiosas que trabalhavam no Brasil ou de particulares que se deixaram envolver pela fôrça telúrica, atirando-se ao seu estudo, à sua identificação, nem por isso podemos aceitar a "lenda negra". E não podemos aceitá-la porque, na verdade, em meio ao objetivo material por que a presença do Estado português se fêz sentir no Brasil, aqui e ali êle fêz realizar sondagens, inquéritos, levantamentos, que guardou àvaramente em seus arquivos e bibliotecas, e aí é que andou errado, firme na política de esconder, aos olhares cubiçosos do estrangeiro concorrente, aquêles espaços que lhe haviam sido reconhecidos no ajuste de Tordesilhas ou ampliados pela façanha de soldados, colonos e religiosos.

Os estudos de FIDELINO DE FIGUEIREDO, LUIZ DE PINA, CARLOS FRANÇA, SILVA CARVALHO são decisivos a respeito (13). Por êle verifica-se que o Estado português foi diligente, é certo que um diligente sem qualquer parcela de dinâmico. A correspondência da Metrópole com os governantes das Capitânicas, as ordens régias, as decisões do Conselho Ultramarino são abundantes e eloquentes na determinação para que se fôssem adquirindo notícias exatas acêrca da flora, da fauna e das espécies minerais. E da colônia não foram poucas as informações reme-

tidas e os trabalhos de médicos e de funcionários que procederam às pesquisas solicitadas (14).

Antes mesmo da missão holandêsa dos dias memoráveis de MAURÍCIO DE NASSAU, já os Jesuítas e os Franciscanos tinham operado com segurança a verificação daquelas particularidades do meio brasileiro. Os Jesuítas, mais afortunados, levando aos meios cultos do mundo a notícia do que efetuavam: os Franciscanos, mais silenciosos, só agora sendo descobertos naquela tarefa, em que prontificou, maior que todos os que nos estudaram em XVI e XVII, frei CRISTOVAM DE LISBOA, que nos deixou a "história dos animais e árvores do Maranhão", que ainda se guarda inédita no Arquivo Histórico Colonial, de Lisboa. (15).

E em 1752, por ocasião de se firmarem em Aranjuez, 24 de junho, o Tratado de Instruções que regulava a execução do Tratado de Madri, de 13 de janeiro de 1750, e pelo qual ficava ajustada a soberania de portugueses e espanhóis na Sul-América, faxando os limites para as duas áreas territoriais, assentara-se que, além dos trabalhos materiais das demarcações, reconhecimento de rios, montes, lagos e quaisquer outros acidentes geográficos ao longo da fronteira a balizar, fôsse procedido ao reconhecimento minudente das características da natureza ambiente. Para execução do cometimento vieram para a Amazônia, entre outros, homens de ciência solicitados ao estrangeiro por Pombal. Um desses homens de ciência foi ANTONIO JOSÉ LANDI, bolonhês, que se integrou no meio amazônico, passando a ser uma de suas figuras de projeção.

Escreve-se que a comissão de limites, chefiada pelo irmão do futuro marquês o Capitão-General FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO, nada produziu, sob qualquer aspecto técnico por que a analisemos. Não é verdade. Em nosso livro *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, 2.º volume, pretendemos ter deixado claro que os frutos daquela comissão não apresentaram o rendimento mirrado que geralmente se afirma. E entre êsses rendimentos apreciáveis, devemos somar as indagações que, sôbre a natureza regional, então se iniciaram e de que nos resta um precioso documento, a *História Natural do Grão Pará*, escrita em italiano por ANTONIO JOSÉ LANDI. Êsse livro, que é o fruto das observações que aquêle operoso funcionário realizou, guarda-se inédito na Biblioteca Pública da cidade do Pôrto. Pelo que dela se sabe, graças às informações contidas no Catálogo de Manuscritos da mesma Biblioteca, elaborado pelo respectivo diretor, trata-se de um valioso apítome acêrca da natureza amazônica e onde se fixaram pela primeira vez, sem

o empirismo das primeiras observações, muitas das particularidades que asseguravam tanta distinção ao ambiente do extremo-norte do Brasil.

É certo que ao se firmar o Tratado de 1777, pelo qual se tentava, mais uma vez, solucionar o velho e grave problema das soberanias portuguesa e espanhola sobre os territórios sul-americanos, não se repetiram aquelas preocupações que encontramos no texto de 1750. Os encarregados das demarcações estavam, em consequência, desobrigados daquela tarefa, imposta aos que vieram executar o diploma de Madri.

Com a indicação de ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, todavia, ficou claro que o interesse pelo estudo da natureza dos setores da fronteira não desaparecera nem podia desaparecer face às cogitações científicas que estavam marcando o momento histórico. E assim foi, realmente. A expedição científica, encomendada a ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, devia cogitar da área da fronteira em demarcação e das outras áreas vizinhas sobre que se exercia, sem a menor dúvida, a soberania luso-brasileira.

As instruções para os trabalhos, expedidas de acordo com as reflexões de VANDELLI, eram amplas. O baiano, que se ia immortalizar na hinterlândia amazônica, devia estudar a flora, a fauna, a etnologia indígena e a história do empreendimento político que os portugueses estavam realizando. De si, compreendendo o peso da comissão, RODRIGUES FERREIRA traçou-se um plano de ação (16). E com a cooperação de JOSÉ JOAQUIM FREIRE, JOAQUIM CODINA e AGOSTINHO JOAQUIM DO CABO, a cargo dos quais ficaram as tarefas de desenho e de jardinagem, dirigiu-se à Amazônia. Ano de 1783, mês de setembro.

A 21 de outubro alcançou Belém. Atirou-se prontamente à empresa a que estava obrigado. Não parou mais um momento. Visitou o Marajó, Marapá, o Tocantins. Recolheu observações, coletou documentos, aferiu das possibilidades que o meio proporcionara: o meio social e o meio geográfico. A 19 de setembro de 1785, partiu com destino ao Rio Negro. Chegou a Barcelos a 2 de março. Visitou, a seguir, o alto rio e o vale rio-branquense. No alto Rio Negro, subiu o Uaupés, o Içana, o Ixié e o Dimití. Passou, depois ao Madeira, ano de 1788, alcançando Vila Bela do Mato Grosso, sede da Capitania dêsse último nome. Atingiu, posteriormente, o baixo Paraguai. Em 1791, dirigiu-se, de regresso, à metropole peninsular, tornando a Belém. No ano seguinte, estava novamente em Lisboa.

A *Viagem Filosófica* somara quase nove anos. No decorrer dela, com olhos de ver, atento a tudo, identificara especiais vegetais e animais,

apurara um mundo de novidades acêrca da realidade física e cultural dos grupos indígenas com que tomara contato, reunira massa considerável de dados para o quadro histórico da ação portuguesa na Amazônia, remetera, para Lisboa, um sem-número de variedades da natureza regional, realizara um inquérito acêrca da patologia regional. Executara a tarefa científica de que se encontrava incumbido com a consciência de suas responsabilidades técnicas. Tivera, para êxito de seus trabalhos, a cocperação constante do Capitão-General MARTINHO DE SOUZA e ALBUQUERQUE e de JOÃO PEREIRA CALDAS, que chefiava a comissão portuguesa de limites com os territórios espanhóis.

Nas várias participações que compõem o *Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro*, na *Notícia Histórica da ilha grande de Joanes*, no *Estado Presente da Agricultura do Pará*, na *Miscelânea Histórica para servir de explicação ao Prospecto da Cidade do Pará*, na *Memória sôbre a marinha interior do Estado do Grão Pará*, na *Relação circunstanciada do Rio Madeira e seu território*, na *Propriedade e Posse das Terras do Cabo Norte pela Coroa de Portugal*, no *Tratado Histórico do Rio Branco*, revelou-se o pesquisador minucioso, atilado, que, ouvindo depoimento e compulsando códices, riscou quadros pormenorizados, por vêzes severos, mas sempre apoiados na verdade dos fatos, de como se vinha processando o domínio do homem sôbre as terras bárbaras da Amazônia. Porque a verdade é que, sem a leitura do que nos deixou nesse particular, será muito difícil bem compreender o que foi a grande luta de europeus e seus descendentes para, nos séculos XVII e XVIII, criar ali, de experiência em experiência, a seiva, a vitalidade que ia despondo. Em tais memórias, o registro dos episódios que marcaram a crônica regional foi feito com a mais absoluta honestidade. A compreensão dêsses mesmos episódios, no que êles representavam, é, de outro lado, perfeita, serena, evidenciando um exegeta que se não deixava dominar pelos entusiasmos, antes, numa linguagem tranqüila, mostrando-se equilibrado na contemplação de homens e sucessos.

Nessas mesmas memórias, como em outras, que mais se ocupam da flora, da fauna e da etnologia indígena, ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA fêz a crítica do sistema de trabalho vigente e às atividades econômicas como elas eram orientadas, sugerindo a política mais hábil que os governantes e os colonos deviam seguir. Tombando a realidade social e econômica, apontou os erros que se cometiam e quanto antes — precisavam ser afastados, em bem da coletividade em estruturação silenciosa e difícil. Observador do social e do econômico, assegurava-se, assim,

uma posição de relêvo entre os que, mais tarde ou antes dêle — tinham coragem para condenar práticas nocivas e apontar novos rumos à vida que se devia viver no meio exótico da colônia.

No campo etnográfico, a contribuição que a ciência lhe ficou a dever foi a mais larga. Estudando os Cambeba, os Caripuna, os Catauixi, os Miranha, particularizando a indústria de todo um vasto grupo de primitivos, dêle nos revelou aspectos, atitudes, modos de vida, ensaiando a monografia culturoológica a que não faltavam as observações antropométricas dos indivíduos.

Passando ao terreno da botânica e da zoologia, RODRIGUES FERREIRA teve ocasião de descrever o jacaré, o peixe-boi, o pirarucu, as tartarugas, as palmeiras, as madeiras para canoas, remetendo a Lisboa, sob o risco e os cuidados técnicos dos companheiros especializados, dezenas das variedades em que a flora e a fauna locais eram tão ricas (17).

Com a cooperação do médico ARAÚJO BRAGA, que dirigia o hospital ou enfermaria de Barcelos, balanceou as enfermidades que assaltavam a família amazônica, como, em Mato Grosso, examinaria as “enfermidades endêmicas” locais. Deve-se-lhe, nesse campo de observações, a primeira notícia do beribéri (18).

Percorrendo a hinterlândia, a inventariar-lhe os grandes aspectos, as particularidades menos conhecidas, subindo e descendo rios, alcançando trechos dêsses mesmos rios ainda não alcançados e identificados por outros homens de ciência, legou-nos descritivos elaborados com a segurança de um geógrafo de campo (19).

Como ninguém em sua época e poucos depois dêle, RODRIGUES FERREIRA viu a Amazônia, compreendendo-a, assim, em sua primitividade e em suas características fundamentais.

Nessa mesma fase, o Império espanhol, as famosas Índias Ocidentais de Castela, era objeto de estudos realizados por comissões organizadas por ordem de CARLOS III e CARLOS IV. Dentro do espírito de renovação que estava animando a vida espanhola com a dinastia borbônica, essas expedições científicas ligavam-se às necessidades ponderáveis da cultura nacional, sacudida nas Universidades e naquelas Sociedades de Amigos do País. Deviam, por isso, trazer, das colônias, cuja estrutura sofria igualmente o influxo do movimento de renovação, aquêles elementos que lhes caracterizavam a natureza e eram essenciais ao experimentalismo do ensino e, como na área portuguesa, àquela política de recomposição da vida americana a que nos referimos (20).

Essas expedições dirigiram-se ao México, e à América Central, à Colômbia, ao Equador, ao Peru e ao Chile, imenso trecho, portanto, do espaço colonial que, aliás, desde os inícios da conquista vinha sendo observado com olhos de ver e divulgado com certa minuciosidade na literatura dos cronistas e dos investigadores que criavam, com êsse noticiário, uma literatura objetiva, útil, sem cujo conhecimento não podemos saber com segurança e com profundidade o que representou a experiência espanhola no Novo Mundo.

A primeira dessas expedições foi organizada em 1777, sob inspiração de CASIMIRO GOMES DE ORTEGA, professor do Jardim Botânico de Madri, que CARLOS III fizera constituir e para o qual de todo o Império estavam chegando espécies botânicas. Integram-na HIPÓLITO RUIZ e JOSÉ PAVON, botânicos espanhóis, e JOSÉ DOMBEY, médico e botânico francês, JOSÉ BRUNETTE e ISIDORO DE GALVÃO, pintores espanhóis. Sobre ela escreveu BARROS ARANA: "Esta comisión, provista de los instrumentos que le eran indispensables y de las recomendaciones necesarias para ser auxiliada por las autoridades de estos países, partió de Cádiz el 4 de noviembre de 1777 en el navio *El Peruano*, y llegó al Callao el 8 de abril del ano siguiente. Sin tardanza los naturalistas dieron principio a su trabajos, comenzando, por las inmediaciones de Lima, y extendiéndose en seguida en cuerpo, ya divididos en secciones, por algunas de las provincias comarcanas o del interior, en todas las cuales recogieran plantas y semillas que guardaban en sus colecciones o que remitian a España en cada ocasión favorable que se presentaba.(21).

Face às dificuldades que então experimentava o Peru, às voltas com o pronunciamento indígena liderado por Tupac-Amaru, a comissão dirigiu-se ao Chile, onde chegou em 1782. "Recorrió esta los distritos de Concepción, Arauco, Puchacay, Rere, Itata, Maule, San Fernando, Rancagua, Santiago, Quillota y los Andes, y formó una considerable y valiosa colección de plantas y de semillas que clasificava cuidadosamente para describirlas más adelante. Por encargo del presidente Jáuregui, el médico Dombey, que poseía algunos conocimientos de mineralogía, llegó hasta Coquimbo y visitó las minas de mercurio de Punitaqui y Lajarilla, acerca de las cuales dió un informe que no parece haber sido de gran valor, pero en que havia mucho encomio de las riquezas minerales de Chile, entre las cuales hablaba hasta de diamantes. Cuando hubieren-desempenado ou comisión del major modo que les era posible, dado e corto tiempo de que podian disponer en Chile, RUIZ, PAVÓN y sus compañeros dieron la vuelta al Peru para continuar allí sus trabajos.

La comisión científica empleó once años em su viaje completo. El 10 de abril de 1788 se embarcaba por fin el Callao en el navío *El Dragón*, y llegaba a Cádiz el 12 de septiembre siguiente. Aunque llevana consigo 29 cajones de productos naturales y 124 plantas vivas, no era todo esto más que una parte bastante reducida del caudal de objetos y de muestras que havia recogido con tanto tesón y con tanto empeño. Una serie de contratiempos había ocasionado la pérdida de la mayor porción de las colecciones que habían reunido. Una parte de ellas, enviada a Europa en 1780 en un navío llamado *El buen Consejo*, cayo con este buque en poder de los ingleses que estaban en guerra con España. Otra remesa de 53 cajones, se perdió completamente en el naufragio del navío *San Pedro Alcántara*, ocurrido el 2 de febrero de 1786 em las rocas de Peniche, en la costa del Portugal. Por último hallándose en la hacienda de Macora, en el distrito de Huánuco, sufrieron un desastre más deplorable todavía. "El 6 de agosto de 1785, dicen los botánicos españoles, acaeció allí, un lamentable incendio en que se quemaron las descripciones de las plantas, animales y minerales de Chile, las relaciones topográficas de las provincias del mismo reino y del Peru y gran número de vegetales, aves, cuadrúpedos e insectos disecados, como también de semillas, con los equipajes y bastimentos de que habíamos hecho proviön para tres meses". Estos accidentes habrian debido hacer estériles los resultados de aquella largo y penosa expedición.

Felizmente, Dombey se habia separado poco antes, y él salvó una tan gran cantidad de objetos de historia natural que pudo reparar en cierto modo aquellas pérdidas» (22).

Do empreendimento científico de envengadura, e apesar daqueles contratempos, foi possível, porém, levar aos centros culturais do Velho Mundo alguma coisa de particular. E assim, em 1798, vinha a lume o 1.º volume de *Florae peruvianae et chilensis sive descriptiones et icones plantarum peruvianarum et chilensium secundum systema Linnaeanum digesoe*. Dessa obra, todavia, só se publicaram mais dois volumes, conquanto, apesar de todas as perdas, houvesse material para 12 tomos de texto e 5 de suplemento com 3.000 descrições de plantas, e tivessem sido gravadas mais de 500 lâminas das 2.000 anteriormente preparadas.

A segunda expedição teve lugar a partir de 1783. Dela recebeu a direção JOSÉ CELESTINO MUTIS, que desde 1763 vinha trabalhando no Vice-Reinado de Nova Granada a convite de Messias de la Cerda, que dirigia a colônia. MUTIS, que já dispunha, portanto, de um cabedal de experiência que o indicava para a tarefa, e constitui um orgulho da cul-

tura hispano-americana, face à envergadura da empresa que lha atribuíram pela cédula trégia de 1.º de novembro de 1783, consciente da importância dos trabalhos que devia realizar, valeu-se dos discípulos que vinha fazendo. Êsses discípulos, colombianos, eram ELOY VALENZUELANA, FRANCISCO ANTONIO ZEA e FRANCISCO JOSÉ DE CALDAS, que relacionamos pela ordem por que vieram a integrar a comissão.

Durante mais de dez anos, MUTIS e seus companheiros percorreram a Colômbia e o Equador coletando e identificando espécies botânicas, preparando-se, dentro da melhor técnica, enriquecendo o Herbário de Bogotá e organizando as publicações que começaram a fazer circular em *El Semanario* para dar a necessária divulgação ao que estavam obtendo nas pesquisas. Com a participação de JORGE TADEO LOZANO, cujas preocupações se voltavam para a zoologia, a comissão recebeu um viço maior, pois que se complementou nas suas atividades, penetrando pelo campo da fauna.

HUMBOLDT e BOMBOLDT, que percorriam o Vice-Reinado de Nova Granada devidamente autorizados pelo governo espanhol, tendo entrado em contato com MUTIS, com Caldas, com os outros membros da Comissão, não economizaram o entusiasmo de que se sentiam possuídos com o que lhes foi dado apreciar como fruto da empresa científica, a qual, na verdade, marcava uma época na vida espiritual da Colônia pois, movimentando-a, assegurava-lhe novas condições para a compreensão de seus problemas (23).

Em 1787 foi constituída a terceira expedição, confiada a MARTIN DE SESSÉ y LACOSTA, que recebeu a cooperação do naturalista mexicano JOSÉ MARIANO MOCINO. Operou no México e América Central. — Sua atividade desenvolveu-se até 1804 e compreendeu os mais variados aspectos da natureza regional. Assim, “describió la flora de Guatemala; visitó el volcán del Jorullo y el de San Andrés Textla en erupción (1793); hizo observaciones sobre la costa del Pacífico; propuso la introducción de camellos al país; en Centro América hizo estudios sobre los temblores, sobre azogue, el anil, las aguas potables y la curación de la lepra; y en México experimentó las propiedades curativas de diversas plantas en los enfermos de los hospitales” (24).

É de registrar-se, ainda, a atuação de um eminente homem de ciência espanhola que, no decorrer do período a que nos estamos cingindo, trabalhou na Sul-América, a serviço de sua pátria, examinando a natureza do império no setor platino e paraguaio e sobre êle deixando memórias que lhe grangearam o respeito dos contemporâneos e da posteridade.

Referimo-nos a D. FÉLIZ DA AZARA. Tendo vindo para o Novo Mundo como membro da comissão espanhola de limites com os territórios luso-brasileiro, assentados pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, teve ocasião de tomar contato com um meio geográfico e social, que lhe provocou um interêsse cultural particular. E durante os vinte anos que viveu do Prata ao Paraguai, coletou um gigantesco material acêrca das condições existenciais das populações daquelas regiões, inclusive seu passado mais distante, acêrca do ambiente natural, traçando excelentes panoramas da mais pura sociografia e indicando às autoridades vice-reinais ou da Península aquelas providências que se impunham para corrigir processos políticos em voga, orientações administrativas que se chocavam com a realidade ambiente e com os próprios interêsses da mãe pátria, não sendo demais referir que, entre outros motivos de inquietação de que se viu possuído, ao contemplar as coisas do império naquele setor, figurou a infiltração luso-brasileira, que punha em perigo a estrutura territorial hispano-americana. Nesses estudos D. FÉLIX DE AZARA deteve-se, preferentemente, na identificação e no exame das particularidades da fauna platino-paraguaia. Sôbre ela escreveu *Apontamientos para la Historia Natural de los Cuadrúpedes del Paraguay y Rio de la Plata*, que circulou em Madri em 1802; *Apontamientos para la Historia Natural de los pazaros del Paraguay y Rio de la Plata*. Suas *Viajes*, eua *Geografia física y esférica de las Provincias del Paraguay y Misiones Guaranies*, contam-se entre as obras que, então, melhor propuseram os problemas da ação espanhola ali, nos atritos que teve com o meio geográfico e social, nos esforços que realizou para criar um novo campo de experimentação colonial.

Naturalista-viajante, inteligência objetiva, homem público avisado, D. FÉLIX DE AZARA, com as suas atividades científicas, integrou-se entre os que Espanha mandou às suas Índias Ocidentais, visando retratá-la em sua esolendorosa potencialidade natural (25).

Chegados ao fim dêste balanço sôbre as atividades das expedições científicas na Ibero-América no século XVIII, somos naturalmente levados à conclusão de que Portugal e Espanha, aos impulsos revitalizadores que seu reingresso, na família cultural da Europa, lhes estava proporcionando, realizaram uma tarefa memorável através as equipes que enviaram aos seus territórios americanos. Porque, de tôdas elas, auferiram-se resultados assinaláveis para o desenvolvimento da cultura universal, como contribuições de vulto que, realmente constituíram. Ao primarismo das observações dos cronistas, dos naturalistas e dos obser-

vadores dos séculos XVI e XVII, sucedia, com elas, a indagação, o exame, a identificação serena, elaborada em bases mais ligadas aos cânones científicos. O empirismo dos dois séculos iniciais dava lugar à operação conduzida com o zêlo e os métodos experimentais da ciência.

No caso particular de ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, faz-se mister não esquecer que sua obra, que se espalha em mais de cem memórias, não foi divulgada. Saqueada ao tempo da fúria napoleônica por um GEOFFROY DE SAINT HILAIRE, como botim de guerra, só nos nossos dias tem merecido publicação em um e outro setor (26). Ademais, ao tempo em que, pela Amazônia, vencendo as dificuldades que a própria região representava, obtinha os êxitos que se materializaram nas dezenas de espécies da flora e da fauna que identificou, no material que enviava aos museus portuguêsês, nas memórias que vinha escrevendo, de Lisboa lhe chegava uma advertência descabida, verdadeira injúria a quem tanto estava dignificando a renovação cultural da mãe-pátria. Essa advertência, datada de 31 de outubro de 1787, da autoria de MARTINHO DE MELO e CASTRO e dirigida a JOÃO PEREIRA CALDAS, chefe da comissão portuguêsã de limites e sob as ordens de quem RODRIGUES FERREIRA se encontrava, era resultante da impressão, havida no Reino, de que o naturalista e os companheiros não se mostravam ativos. Flagrante injustiça, como ainda há pouco, pondo em dúvida a existência do aviso governamental, assinalou RODOLFO GARCIA, dela não se apercebera o eminente cientista que prosseguira no empreendimento de envergadura a que estava afeiçoado de corpo e alma (2).

Por tudo isso, a *Viagem Filosófica*, com os resultados magníficos que hoje estamos apurando, se não experimentou, com as expedições espanholas a que nos referimos, o sucesso que a divulgação dos trabalhos daquelas autorizou, nem por isso pode ficar em posição de inferioridade. Porque, do mesmo pôrto científico, com os mesmos frutos opimos. No quadro das atividades culturais que marcaram com tanto relêvo os fins do século XVIII na Península Ibérica e seus mundos imperiais nas Américas, em consequência, a *Viagem Filosófica* merece a distinção que se assegurou, cabendo a ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, bem merecidamente, aquêlê título que a posteridade lhe atribuiu — “HUMBOLT brasileiro”.

As expedições científicas mandadas à América no século XVIII, acabamos de ver, contribuindo para revelá-la naquilo que mais a singularizava, valeram como esplêndidas demonstrações do sangue novo que estava voltando a circular no organismo de Portugal e de Espanha. Di-

gnificaram as duas pátrias no campo do pragmatismo cultural, do mesmo modo por que beneficiaram as colônias que se preparavam para o amanhã da independência. Bem haja, a memória dos que a integraram, servindo à nação e à causa da boa ciência.

NOTAS

- 1) *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*, 2.º vol. Coimbra, 1939.
- 2) Além de ERNANI CIDADE, obr. cit. e MENENDEZ Y PELAYO em *Historia de los Heterodoxos Españoles*, estudaram êsse período da vida cultural anterior e indicando-lhe as causas, os historiadores da literatura e da civilização portuguesas e espanholas. São de mencionar-se, em particular, RAFAEL ALTAMIRA, *Historia de la civilización española*, tomo IV, e TEÓFILO BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, tomos III e IV.
- 3) *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*, 2.º vol. Coimbra, 1939, p. 22.
- 4) Cf. MENENDEZ Y PELAYO, *Historia de los Heterodoxos Españoles*, tomo III, B. Aires; FIDELINO DE FIGUEIREDO, *As duas Espanhas*, Coimbra, 1932; PEDRO AGUADO BLEYE, *Historia de Espana*, tomo 2, Bilbao, 1927.
- 5) Para a história dessa corajosa atividade dos precursores da reforma cultural na Península, os citados trabalhos de ERNANI CIDADE e MENENDEZ Y PELAYO.
- 6) *Historia de España y de la Civilización Española*, tomo IV Barcelona, 1929, p. 143.
- 7) PELAYO, obr. cit., tomo IV; ALTAMIRA, obr. cit. tomo IV; BLEYE, obr. cit., tomo 2.
- 8) Há, sôbre o período burbônico em Espanha, em especial sôbre o reinado de Carlos III e suas reformas, uma intensa curiosidade, de que nos dá uma rápida notícia VICENTE PALÁCIO ATARD, em *El Tercer Pacto de Familia*, Madri, 1945, e VICENTE RODRÍGUEZ CASADO, *Política exterior de Carlos III en Torno al Problema Indiano*, in Revista de Indias, n.º 16. Madri 1944. Como síntese, porém, os livros cits. de ALTAMIRA e BLEYE.
- No tocante às reformas econômicas, cf. JAIME CARRERA PUJOL, *Historia de la Economía Española*, tomos III e IV, Barcelona. 1945; RICARDO LEVENE, *Investigaciones acerca de la Historia Económica del Virreinato del Plata*, tomo I, La Plata, 1927.
- 9) Cf. JUAN PIO CATALINA, *La Acción de las Sociedades Económicas. Sus Creaciones y Tradiciones*, Madrid, 1924; FERNANDO ORTIZ, *La Hija Cubana del Iluminismo*, La Habana, 1943.
- 10) Cf. ANTONIO FERRÃO, *O Marquês de Pombal e as Reformas dos Estudos Menores* Coimbra, 1915.
- 11) Cf. ANTONIO FERRÃO, *A Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1926. TEÓFILO BRAGA, *História de Universidade de Coimbra*.
- 12) Não se escreveu ainda um trabalho visando assinalar a interferência da "geração brasileira" nesse momento do processo cultural português. Quanto ao ensino laico ou dos seminários religiosos no Brasil, após a saída dos Jesuítas, a parcimônia de informações é idêntica. Faz-se apreciável, por isso mesmo, a contribuição de CARLOS RIZZINI, *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil*, Rio, 1945.
- 13) F. FIGUEIREDO, *Estudos de História Americana*, S. Paulo, s/d; LUÍS DE PINA; *Ciência*, in *História de Portugal*, dirigida por DAMIÃO PERES, vol. VI, Barcelos, 1935; *Materiais para a História das Ciências no Brasil*, e *As Conquistas Histórico-Naturais dos Portugêses nos Descobrimentos*, in *Congressos do Mundo Português*, volumes XI e V; CARLOS FRANÇA, *Os portugêses do século XVI e a História Natural do Brasil*, Lisboa, 1926; SILVA CARVALHO, *La medicine dans la decouvert et la colonisation du Brésil*, in *A Medicina Contemporânea*, Lisboa, 1937.

- 14) Cf. principalmente, estudos documentados de LUIS DE PINA.
- 15) De seu conteúdo deu-nos informações na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, o emérito pesquisador norte-americano ROBERT C. SMITH.
- 16) Cf. VERGÍLIO CORREIA, *Alexandre Rodrigues Ferreira*, S. Paulo, 1939, p. 25/29.
- 17) A bibliografia sobre o eminente homem de 'ciência brasileira não é pequena, Sôbre as memórias que escreveu e remessas que fêz para Portugal, cf. EMÍLIO GOELDI *Ensaio sobre o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira*; Pará, 1905.
- 18) Cf. ALFREDO DA MATA, *O Primeiro Médico e Naturalista Brasileiro na Amazônia*, *Diário Oficial*, edição comemorativa do 1.º centenário da Independência, n.º 8325. Manaus, 1922.
- 19) Cf. JOÃO RIBEIRO MENDES, *Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira* — geógrafo, Rio, 1945.
- 20) Sôbre o movimento cultural, no período burbônico, em seus influxos sobre a América espanhola, cf. MARIANO PICÓN SALAS, *De la Conquista a la Independencia*, México, 1944; RAIMUNDO MENOCAL, *Origen y Desarrollo del Pensamiento Cubano*, tomo I, La Habana, 1945.
- 21) DIEGO BARROS ARANA, *Orígenes de Chile*, tomo II, Santiago, — 1933; FRANCISCO ANTONIO ENCINA, *Historia de Chile*, tomo V, Santiago, 1946.
- 22) ARANA, obr. cit., p. 95/96.
- 23) FLORENTINO VEZZA, *La expedición botánica*, Bogotá, 1936; ANTONIO GOMES RESTREPO, *Historia de la Literatura Colombiana*, tomo III. Bogotá, 1945.
- 24) Cf. SAMUEL RAMOS, *Historia de la Filosofía em México*, p. 91, México, 1943.
- 25) Cf. ENRIQUE ÁLVAREZ LÓPEZ, *Felix de Azara*, Madri, s/d; JULIO CÉZAR GONSALEZ, *Apuntes bibliográficos de don Félix de Azara*, que serve de introdução à recente edição de *Memórias sobre el estado rural del Rio de la Plarta y otros informes*, da autoria do naturalista. B. Aires, 1943; Ricardo Rojas, *Historia de la Literatura Argentina*, tomo 4.º B. Aires, 1924.
- 26) Devem-se essas publicações ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Ministério da Educação, JOÃO RIBEIRO MENDES e ALMIR DE ANDRADE.
- 27) Encontramos o aviso ministerial no Códice 1009, da seção de manuscritos da B. A. do Pará. Cf. de nossa autoria, *Paulistas na Amazônia e outros ensaios*, Rio, 1941.





AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA